

Presidente fala sobre novo Fórum do Recife e instalação do PJe em 100% das varas



Em entrevista, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, destaca as medidas que estão sendo adotadas pela Administração para a locação do prédio - pelo inovador sistema "built to suit" - que vai abrigar o novo fórum trabalhista do Recife.

O presidente destaca ainda que, em junho deste ano, o Regional conclui a instalação do PJe, que vai estar disponível em todas as 67 varas trabalhistas.

Páginas 04 e 05.

Preservar sem superlotação é objetivo do Arquivo-Geral

Página 03

Tribunal atento a metas do CNJ

Página 06

Seminário sobre saúde mental e trabalho no planejamento do Getrin

Página 06

Novas ações na área de Informática

Página 07

Dirigentes vão a canteiro da Fiat Crysler

O presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, o vice-presidente, desembargador Pedro Paulo Nóbrega, a corregedora, desembargadora Virgínia Malta Canavarro, e comitiva composta por magistrados e diretores do Tribunal visitaram o canteiro de obras da Fiat Crysler. A empresa vai gerar nove mil empregos diretos. Com os investimentos na região deve aumentar a procura pela Justiça do Trabalho, como sempre ocorre nesses casos. Por isso, o Tribunal já planeja a instalação de duas novas varas no município, que, assim, passará a contar com três unidades.

Página 02

Dirigentes do TRT-PE visitam canteiro de obras da Fiat Crysler

Em Goiana (PE), dentro de uma área de 14 milhões de m², está em construção o polo automotivo da Fiat Crysler, que, conforme o diretor de relações internas e trabalhistas da montadora na América Latina, Adauto Duarte, reunirá as mais recentes tecnologias que a empresa possui.

Atualmente a empreitada abriga cinco mil trabalhadores, dentre funcionários da construção civil e a equipe da Fiat Crysler. Para conhecer esse cenário, no dia 17, o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, o vice-presidente, desembargador Pedro Paulo Nóbrega, a corregedora, desembargadora Virgínia Malta Canavarro, e mais uma equipe composta por magistrados e diretores do Tribunal visitaram o canteiro de obras.

Além da montadora, pelo menos, 14 fornecedores de materiais automotivos (banco, vidro, tanque de combustível, pneus, etc.)

se instalarão no local. Em funcionamento, Duarte estima que nove mil pessoas estejam trabalhando, sem contar os empregos indiretos.

Antecipando-se a possíveis novas demandas judiciais, o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, apresentará um projeto para instalar duas Varas do Trabalho em Goiana. A medida triplicará a capacidade processual em matéria de trabalho no município, que possui uma Vara do Trabalho atualmente.

Diante do número de empresas que atuarão no polo, Duarte conta que se buscou uniformizar algumas condutas, para prevenir a ocorrência de acidentes do trabalho. É o caso de desestimular o uso de andaimes e a de impedir o fluxo cruzado de pessoas e máquinas na área de montagem. Ainda sobre segurança do trabalho, o gerente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho da montadora, Cristiano Augusto



Stela Maris

Félix, destacou ações de caráter ergonômico, como a automação dos processos e a adequação das máquinas. O gerente revela, também, que o desafio será evitar que os funcionários aumentem de peso excessivamente, tendo em vista que, com tais tecnologias, o gasto calórico será menor.

Compareceram à visita os desembargadores Eneida Melo

Correia de Araújo, André Genn de Assunção Barros, Gisane Barbosa de Araújo, Ivan de Souza Valença Alves, Maria Clara Saboya, Ruy Salathiel Ventura e Sergio Torres Teixeira; os juízes Paulo Alcântara, Patrícia Brandão e Virgínio Henriques; o diretor-geral, Wladimir Rolim e a assessora da presidência Maria Luiza Mello.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-3225.3216
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

Ivanildo da Cunha Andrade

VICE-PRESIDENTE

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

CORREGEDORA

Virgínia Malta Canavarro

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedroso Lins de Sousa
Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura
Maria do Socorro Silva Emerenciano
Sergio Torres Teixeira
Fábio André de Farias

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nýedja Menezes Soares de Azevedo

REDATORES

Eugenio Pacelli / Mariana Mesquita
Helen Falcão / Fábio Nunes

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Elysangela Freitas

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Gilmar Rodrigues

ESTAGIÁRIA

Jaqueline Fraga

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Liceu
(Tiragem: 1.500 exemplares)

Triagem vai racionalizar guarda de processos no Arquivo-Geral

Dois milhões de processos armazenados numa área superior a dois mil metros quadrados. Esses números impressionantes são do Arquivo-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e dificultam a manutenção do espaço e o adequado ordenamento das peças processuais.

Com o objetivo de possibilitar a formação de um acervo que ao mesmo tempo preserve relevantes informações sobre a economia, a história, o direito, enfim, sobre as relações sociais de uma época, e garanta uma organização racional das peças processuais, que possam facilmente ser identificadas, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, determinou a intensificação do descarte de processos sem interesse histórico. Para isso, foram celebrados convênios com duas instituições de ensino superior, e 15 estagiários do curso de Direito já iniciaram a triagem para descarte dos processos com mais de dez anos, que tenham sido arquivados ou conciliados na primeira audiência. Outros 15 estagiários serão admitidos.

Na opinião do desembargador Ivanildo Andrade, “O acervo é muito importante, pois testemunha o modo de vida de um

período histórico, mas o descarte se mostra necessário para que se proceda à sua racionalização. Com isso vai ser possível manter os processos de maior relevância histórica e de modo que sejam facilmente identificados pelos estudiosos’.

No dia 16 de janeiro, o desembargador Ivanildo Andrade, acompanhado da representante da Justiça do Trabalho no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), desembargadora Eneida Melo, do diretor-geral, Wladimir Rolim, e da Chefe do Núcleo de Gestão Documental e Memória, Marcília Gama, esteve no Arquivo-Geral para conferir a triagem dos processos.

Durante a visita, a desembargadora Eneida Melo parabenizou o trabalho dos estagiários nesse processo de triagem e elogiou os investimentos que estão sendo feitos na área pelo Tribunal. “Estamos contentes pela continuidade dada ao programa de gestão documental. Não se trata de um mero processo de separação e descarte aleatório, mas uma seleção criteriosa de documentos com valor para a Justiça do Trabalho”, mencionou.

A ideia é disseminar uma nova cultura de proteção dos docu-



Desembargadores Ivanildo Andrade e Eneida Melo conversam com estagiários que realizam triagem de processos

mentos, sem prejuízo da preservação da memória institucional. Segundo o presidente, desembargador Ivanildo Andrade, “É necessário catalogar logo todo o acervo documental e, oportunamente, digitalizar todo o material para consultas futuras”.

A chefe do Núcleo de Gestão Documental, Marcília Gama, explicou que a triagem “reduz o volume do arquivo, que está com a capacidade quase saturada, para que possa receber novos documentos”.

Segundo informação do gestor do arquivo, servidor Marco Antônio dos Santos, já foram analisadas as peças ajuizadas entre 1986 e 1987, e eliminados mais de 122 mil desses processos. O gestor também destacou que documentos com pendência são enviados para apreciação da Comissão Permanente de

Avaliação de Documentos e os com maior valor histórico, remetidos ao Memorial da Justiça do Trabalho, no Recife.

Hélio Batista, 40 anos, aluno do oitavo período de Direito da Faculdade Osman Lins, acredita que a contratação de estagiários é “excepcional para agilizar a seleção, o que poderia ser adotado por outros regionais”.

Composto pelo edifício principal e mais três galpões anexos, o Arquivo acumula cerca de dois milhões de processos judiciais, além de documentos administrativos. O espaço principal, com 2.000m², possui 14 armários de aço deslizantes e dispõe de uma sala de processamento técnico, onde os estudantes fazem a vistoria, higienização e cadastramento das peças no Sistema de Arquivamento e Eliminação Processual (SAEP).

Stela Maris

Entrevista

DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO · Ivanildo da Cunha Andrade

Stela Maris

Concluir a instalação do Processo Judicial Eletrônico na 6ª Região até junho deste ano, preparar a Justiça do Trabalho em Pernambuco para dar conta da demanda processual que deve crescer com os novos polos econômicos que se consolidam, locar por meio da modalidade *built to suit* o prédio que vai abrigar o novo fórum do Recife. São ações prioritárias para o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade. Confira nesta entrevista.



Com a previsão de instalação do PJE-JT nas 11 varas restantes neste ano, o TRT-PE atinge, já em junho, a marca de 100% de suas unidades funcionando com a nova plataforma. Em quanto tempo o senhor acredita que os benefícios do PJE-JT começarão a ser percebidos?

Os benefícios trazidos pelo processo judicial eletrônico serão percebidos de imediato por todos que trabalharem com a nova plataforma. A simples possibilidade de se ajuizar a reclamação e de se praticar os demais atos processuais a partir do lugar em que se encontra o operador do direito – sem a necessidade de

enfrentar penosos congestionamentos – implica significativos ganhos para todos, inclusive para aqueles que por motivos diversos são obrigados a sair de suas residências.

Acrescente-se que, a par dos ganhos secundários – atinentes à mobilidade social e ao resguardo do meio ambiente, com a abolição do uso do papel –, a adoção do PJE-JT, no âmbito processual, implica verdadeira revolução, cujas consequências serão melhor acessibilidade à Justiça, maior segurança, e celeridade da entrega da prestação jurisdicional.

Com essa plataforma, rotinas tradicionais, observadas há sé-

culos, deixarão de ditar o ritmo das atividades judiciárias. Não mais se ocupará o servidor com protocolizações, autuação, registro de processos, numeração de páginas e aposição de carimbos – atividades meramente burocráticas. Canalizar-se-ão os esforços dos juízes e servidores para a pronta resolução dos conflitos de interesses.

Em pouco tempo, todos poderão dimensionar os avanços dados pelo Judiciário Trabalhista.

Quais as providências tomadas pela Administração para atacar as carências observadas na estrutura organizacional do TRT6?

A expansão da economia do estado exige da Justiça do Trabalho que se prepare para atender ao aumento da demanda sem comprometimento da qualidade que historicamente a tem distinguido. Acrescente-se que a complexidade dos processos trabalhistas tem aumentado, na medida em que novas competências foram atribuídas à Justiça do Trabalho.

Para o enfrentamento desse quadro, ainda na gestão anterior, o Tribunal encaminhou ao TST (Tribunal Superior do Trabalho) projetos que objetivam a instalação de 26 novas varas, 13 delas no Recife, além da ampliação do quadro funcional, com a criação

de mais de 800 cargos - analista, oficial de justiça e técnico judiciário. Se formos atendidos em nossa pretensão, com certeza superaremos os entraves que vivenciamos nos últimos anos e daremos pronta resposta às demandas que resultarão da consolidação dos polos industriais de Goiana, Igarassu e Ipojuca.

E no plano físico, relativamente aos prédios destinados às unidades judiciárias, o que pode ser adiantado?

Encontra-se em fase de finalização o novo fórum de Jaboatão, que sediará as cinco varas ins-

taladas naquele município. No dia 13 deste mês, foram retomados os serviços para se finalizar a construção dos fóruns de Olinda e Paulista. E, além disso, nesse mesmo dia, iniciamos a reforma e ampliação do fórum de Nazaré da Mata, e nele pretendemos instalar a 2ª Vara, ainda no decorrer deste semestre. A melhoria da estrutura física das varas tem sido preocupação central da administração.

Em outubro, o Tribunal tomou medidas objetivando a locação de prédio futuro, para atender aos jurisdicionados do Recife.

Quais as principais vantagens que o Tribunal terá com essa contratação? Como isso afetará a vida do jurisdicionado?

A construção de prédio por meio do sistema *built to suit*, planejado para atender necessidades específicas dos operadores do direito e dos usuários da Justiça do Trabalho que acorrem ao Fórum José Barbosa de Araújo, constituirá marco na história de nossa instituição.

A modalidade contratual escolhida pela Administração – após consulta formulada pelo TST ao Tribunal de Contas da União (TCU) – mostra-se a mais adequa-

da pelos ganhos de tempo e de recursos. Os nossos quadros não são vocacionados para a construção e fiscalização do prédio que sediará as varas do Recife, e, por outro lado, importa ressaltar as dificuldades orçamentárias que enfrentaríamos para empreender uma obra desse vulto. A locação de prédio futuro resolverá de uma só vez, e num breve tempo, as carências históricas vivenciadas pela Justiça do Trabalho no Recife, proporcionando aos servidores melhores condições de trabalho, além de maior conforto e facilitação de acesso aos seus usuários.

Trabalho Decente na Copa do Mundo FIFA 2014

Foi realizada, na terça-feira, 21 de janeiro, a Oficina Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos, promovida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em

Pernambuco (SRTE/PE). O evento aconteceu no auditório do SENAC, no Recife, e contou com a presença dos magistrados do TRT-PE, desembargador Fábio André de Farias e juíza ouvidora Patrícia

Brandão. O encontro, voltado para representantes do governo, entidades dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade civil, teve a finalidade de planejar ações voltadas à promoção de melhores condições para as pessoas que vão atuar, direta e indiretamente, em trabalhos afetados pelo contexto de realização da Copa 2014. Na programação, pela manhã, aconteceram palestras e debates. Pela tarde, os trabalhos continuaram com uma discussão em grupos e, em seguida, um grande debate em plenário, finalizando o

Combate ao trabalho infantil

A campanha “Trabalho Infantil Não é Legal”, que demonstra a ilegalidade e nocividade da prática que afeta crianças e adolescentes, foi apresentada, na terça-feira, 14 de janeiro, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). O lançamento aconteceu no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Recife, com a presença do desembargador Fábio Farias e da juíza Patrícia Brandão, representando o TRT-PE. O objetivo da campanha é reunir parceiros engajados com o tema, unindo entidades públicas e privadas no combate a essa modalidade de trabalho em Pernambuco.



Stela Maris

Desembargador do TRT-PE Fábio Farias fala durante o evento

Tribunal deve julgar mais processos do que os distribuídos em 2014

Em 2014, dando sequência ao trabalho realizado em anos anteriores, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) direcionará suas ações tanto para a tramitação dos processos que ingressarem este ano quanto para o julgamento daqueles remanescentes de outros períodos.

Essa medida reflete o objetivo de garantir uma prestação judicial mais célere e eficiente ao cidadão brasileiro e está em sintonia com as metas nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresentadas no quadro ao lado.

O cumprimento dessas metas será fiscalizado, em âmbito estadual, pela Corregedoria do TRT-PE, que, além disso, publicará na internet as ações corretoriais realizadas. De acordo

Para este ano, foram aprovadas seis novas metas nacionais, cinco delas englobam a Justiça do Trabalho e estão descritas a seguir:

Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos em 2014.

Meta 2: Julgar 90% dos processos distribuídos até 2011 no primeiro e segundo grau; Julgar 80% dos distribuídos até 2012 no primeiro e segundo grau; Julgar 80% dos distribuídos até 2011 no TST.

Meta 3: Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com a garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

Meta 5: Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012: em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho.

Meta 6: Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau.

com meta específica do CNJ, a Corregedoria também deve elaborar, em 180 dias, o relatório e o voto de 80% dos procedimentos em curso no órgão.

Como no próximo ano encerrar-se o período compreendido no planejamento estratégico vigente (2009-2015), o Poder Judiciário estabeleceu diretrizes que auxi-

liarão o novo planejamento. Ao todo, 12 macrodesafios vão nortear as atividades do Judiciário de 2015 até 2020, entre eles a garantia dos direitos de cidadania, o combate à corrupção e à improbidade administrativa, a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. Alguns ramos do Judiciário possuem macrodesafios específicos e à Justiça do Trabalho foi designada a busca por soluções alternativas de conflito, a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes e o impulso às execuções trabalhistas.

As metas e os macrodesafios foram definidos no VII Encontro Nacional do Judiciário, realizado no final de 2013, com a participação do presidente e da corregedora do TRT-PE, desembargadores Ivanildo Andrade e Virgínia Canavarro.

GETRIN6 planeja ações para 2014

Em reunião realizada no mês de dezembro, o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Sexta Região (Getrin6), definiu o planejamento das ações a serem realizadas ao longo de 2014. Na ocasião, foram discutidas tanto as propostas dos membros do Grupo, como as enviadas pelo público externo e por servido-

res e magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE).

Dentre as atividades previstas, está a promoção de seminário com o tema “Saúde Mental e Trabalho”, em homenagem ao Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho e em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, comemorado em 28

de abril. Até maio, o Grupo pretende realizar dois cursos em EaD (Ensino a Distância): um com noções gerais sobre segurança e saúde do trabalhador, aberto ao público, e outro específico para peritos.

Também foi proposta, para setembro, a realização do 1º Congresso Nacional do Trabalho Seguro, com palestras, debates e

entrega de prêmios a empresas que promovem boas práticas de saúde e segurança do trabalho e para matérias jornalísticas relacionadas ao tema, publicadas na mídia. Integrado por diversas instituições, o Getrin6 promove ações do Programa Trabalho Seguro, que tem como gestores o desembargador Fábio Farias e a juíza ouvidora Patrícia Brandão.

Inovações dão mais integração e eficiência ao TRT-PE

Mudanças, aquisições, aprimoramentos e definição de novas diretrizes marcaram a gestão da Secretaria de Informática (SI) do TRT-PE em 2013. E neste ano não será diferente. A área planeja implantar melhorias para aumentar a eficiência dos sistemas e processos do Tribunal.

A SI começou este ano apresentando um *software* que irá controlar as requisições e pagamentos de honorários periciais na Justiça do Trabalho. O programa, em fase de homologação, foi elaborado em 2013 por uma equipe multidisciplinar, que envolveu especialistas da área de Tecnologia da Informação (TI).

Até junho, está prevista a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE-JT) nas demais varas do estado, a maior parte em unidades localizadas no interior. Ao longo do ano passado, a área de informática participou ativamente da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE-JT) nas unidades jurisdicionais de segunda instância e nas varas de Petrolina, Cabo, Palmares, Vitória, São Lourenço, Nazaré da Mata, Olinda, Caruaru, Barreiros e Escada, além das 23 varas do Recife.

Outra meta é contratar e implantar uma central de serviços

para registrar as demandas de informática dos usuários de forma mais rápida. A Secretaria inteniona contratar uma rede de dados redundante, com custo menor, alcançando, assim, mais estabilidade, e também já está adquirindo novos equipamentos para extensão da rede sem fio nas varas do interior.

“Estamos captando recursos para aumentar a segurança com a construção de uma sala-cofre onde os dados serão guardados em condições mais seguras”, informou o diretor da SI, Adriano Pinheiro. Ele comentou que, além das ações acima, a SI vai reestruturar a intranet, renovar o parque de *no-breaks* e dar continuidade à modernização do parque de informática, com a aquisição de novos equipamentos.

Em 2013, a área de informática promoveu várias inovações, a exemplo da inauguração do sistema de videoconferência no Pleno, com possibilidade de integração com computadores, *tablets* e *smartphones* para transmissão em tempo real das sessões. No edifício-sede, no condomínio Sudene e em algumas varas da região metropolitana foram instaladas as redes sem fio, que permitem o acesso do público, como advogados, ao PJE-JT.

Em março, o TRT-PE, através da SI, fechou contrato com uma empresa de telefonia móvel, para prestação de acesso móvel à internet 3G, com o fornecimento de 150 modems para todos os magistrados do Tribunal. Em seguida, a área promoveu melhorias em infraestrutura nos sistemas de Consulta Processual e de Documentos Digitais, TRIPUSH e Leilão.

Outra ação do setor de informática foi o lançamento do sistema para facilitar o acesso a guias de depósitos judiciais. O programa permite realizar a emissão de guias de depósito via internet e acompanhar as que já foram pagas, gerando e imprimindo guias de depósito judicial relativas aos processos.

Um grande destaque em 2013 foi a adoção da licença G-mail, uma nova plataforma que substituiu o antigo serviço de correio eletrônico, além de oferecer

outras diversas funcionalidades como agenda, alertas e compartilhamento de documentos. Em se tratando de renovação de equipamentos, o TRT-PE adquiriu e instalou 925 computadores e 200 multifuncionais.

Em agosto, a SI concluiu a fermenta de suporte ao sistema de Gestão por Competências (Progecon). O programa foi desenvolvido para atender uma demanda da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGEP) nas avaliações dos servidores em atividade no Tribunal. Algumas das funcionalidades da plataforma são promover avaliações, identificando competências técnicas e comportamentais e gerar relatórios indicando as áreas com lacunas profissionais. O TRT-PE, inclusive, recebeu a visita de uma comissão do TRT23 (MT), que veio conhecer de perto o Projeto e se mostrou interessada no compartilhamento do programa.

Stela Maris



Adriano Pinheiro, diretor da Secretaria de Informática

Inspiração e dedicação: a fórmula do talento de Pedro Nicácio

Stela Maris



Escrever faz parte da vida profissional e pessoal de Pedro Nicácio de Souza Neto, servidor, há 30 anos, do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), atualmente lotado na Secretaria-Geral da Presidência (SGP).

Graduado em Letras e Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pedro atua na redação da correspondência oficial da Presidência. Fora do ambiente profissional, se dedica à prosa – especialmente à crônica –, e à poesia, abordando temas variados como amor, vida e morte.

Contando que começou a escrever ainda na juventude, durante a década de 1960, destaca que a literatura e o desejo de escrever sempre o acompanharam. Quando criança, costumava ler as obras de Monteiro Lobato e, hoje, tem entre seus autores preferidos os poetas brasileiros João

Cabral de Melo Neto e Cecília Meirelles e o romancista alemão Thomas Mann.

O servidor revela que escreve quase diariamente e avalia que o trabalho do escritor é uma mistura de inspiração, prática e senso crítico: “Quando um trabalho não se apresenta perfeito logo no início, quando claudica em algo, se produzi-lo é mesmo importante, sua apresentação final demanda todo o cuidado, como quando se desenha num cristal, pois tanto o autor deve exprimir fielmente o

“Escrever faz aflorar o que está dentro de você e faz você encontrar o mundo. Mas a crítica é importante para destacar o que não vale a pena. É preciso ter consciência para saber no que é bom trabalhar”

que sente como o receptor merece todo o respeito”.

É com essa dedicação que Pedro escreve suas obras. O retorno, considera, é bastante positivo: “Meus amigos gostam e acham interessante porque é muito trabalhado. Depois que a inspiração vem, passo um tempo trabalhando, às vezes um mês. Tudo é totalmente revisado”, conta.

O bom resultado vai ainda além da avaliação dos amigos. Pedro já participou de prêmios literários e possui alguns de seus textos publicados em coletâneas. É o caso do poema “Novembro”, que tirou o 3º lugar em concurso de poesias promovido em 1994 pelo Centro Cultural Paulo Cabral de Melo, do TRT-PE, e também do poema “Cafuçu.com.br”, selecionado para integrar a coletânea Poetas 2000, publicada pela editora Blocos.

Adepto das redes sociais, o servidor levanta a proposta: “se canais universais como o Facebook andam tão obstruídos, podemos dragá-los com texto de melhor qualidade”, avalia.

Com aposentadoria prevista para dezembro deste ano, Pedro pensa em aproveitar o tempo livre para descansar e se dedicar à literatura e a novos aprendizados: “Tenho vontade de publicar um livro e de fazer cinema e psicologia”, conta. E, mesmo vendo a literatura como uma fonte de liberdade, o servidor deixa uma dica para os novos escritores: “Escrever faz aflorar o que está dentro de você e faz você encontrar o mundo. Mas a crítica é importante para destacar o que não vale a pena. É preciso ter consciência para saber no que é bom trabalhar”.

NO PATÍBULO

A Glycia Mendonça

Que pretende o Tirano
quando afasta pessoas,
destrona os amores,
extermina meu plano
e me manda segui-lo?

Será um convite à barganha
no living, ao seu estilo?
Não; me quer desterrado,
outra personagem,
ou sem a máscara, ao vivo.

Logo, muda o cenário;
ora é o inflamado alegre,
ora harpeja o adagietto
pra que a morte execute
com seu caráter vário
o labor inquieto, o bordejo.

Que mais peço ao Destino,
se de mim nada medra,
se visto a pele das flores
e vivo a solidão da pedra?

Por fim, no patíbulo,
de onde não escapo,
meu gesto atrevido
é esculpir a cal, no vácuo,
este imortal objeto, o verso,
para as rédeas lhe tomar.

E, ante a lança afiada, assisto,
à beira do abismo, submisso,
a um atentado contra o universo
e a uma cantata de Bach.

Aldeia, 9 de junho de 2013